

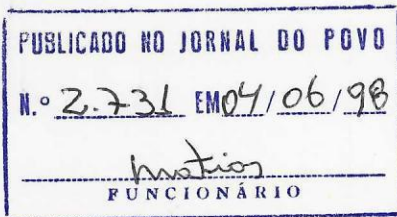


PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

PAÇO MUNICIPAL

C.G.C 78.200.482/0001-10

Rua José Emiliano de Gusmão 565 - Cx. P. 71 - Fone/Fax: (044) 264-2777
CEP 86985-000 - Sarandi - Paraná



LEI Nº 758/98.

SÚMULA:- Dispõe sobre o cadastro de estabelecimentos comerciais e normas para a comercialização do produto denominado “cola de sapateiro” e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, aprovou e eu, **JULIO BIFON**, Prefeito Municipal, Sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a instituir cadastro e receituário para os estabelecimentos comerciais que operam a venda do produto denominado “cola de sapateiro”.

Parágrafo Único - Entende-se como “cola de sapateiro” toda e quaisquer substância glutinosa ou líquida cuja composição química contenha o solvente hidrocarboneto aromático (tono).

Art. 2º - A inscrição no cadastro de que trata esta Lei é obrigatória.

Parágrafo Único - Os estabelecimentos já licenciados pela municipalidade terão o prazo máximo de sessenta (60) dias para cumprir o disposto neste artigo, sob pena da cassação automática do alvará.

Art. 3º - Fica terminantemente proibida a exposição do produto em qualquer parte do estabelecimento comercial que possa ser visualizada pelo consumidor.

Art. 4º - O receituário comercial será instituído através de impresso padronizado pelo órgão competente da municipalidade e terá por finalidade a identificação do consumidor.

Parágrafo Primeiro - O receituário comercial será preenchido pelo vendedor, no ato da expedição da nota fiscal, e ficará como documento integrante a venda, para efeito de fiscalização. *(D)*



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

PAÇO MUNICIPAL

C.G.C 78.200.482/0001-10

Rua José Emiliano de Gusmão 565 - Cx. P. 71 - Fone/Fax: (044) 264-2777
CEP 86985-000 - Sarandi - Paraná



Parágrafo Segundo - A venda do produto sem o preenchimento do receituário incorrerá nas seguintes penalidades ao estabelecimento:

I - na primeira ocorrência, multa no valor de 150 UFIR;

II - na segunda ocorrência, multa no valor de 300 UFIR;

III - na terceira ocorrência, multa no valor de 600 UFIR;

IV - na quarta ocorrência, multa no valor de 1000 UFIR

a cada nova ocorrência.

Art. 5º - Atendidas as disposições desta Lei, a venda do produto será facultada a pessoas físicas ou jurídicas.

Parágrafo Único - O produto somente será vendido a maiores de dezoito (18) anos.

Art. 6º - Os valores arrecadados pela aplicação das multas previstas nesta Lei, serão destinados a programas de tratamento de dependentes do álcool e de outras drogas, realizados pelo Município, diretamente ou em convênio com outras entidades públicas ou privadas.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, 19 de maio de 1998.


JULIO BIFON
Prefeito Municipal